

GUIA DE BOAS PRÁTICAS

TECNOLOGIA E DIGITALIZAÇÃO
DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS



irelgov

Instituto de Relações
Governamentais

Abertura

A digitalização e o avanço da tecnologia estão redefinindo as relações governamentais em escala global, remodelando a forma como empresas, organizações da sociedade civil e governos interagem e influenciam as políticas públicas. Com o avanço da tecnologia, emergem tanto novas oportunidades quanto desafios para aqueles(as) envolvidos(as) nesse campo dinâmico e crucial para a democracia.

A transformação digital permeia todos os aspectos das relações governamentais, desde o monitoramento e análise de políticas até o engajamento cívico e o *advocacy* online. Plataformas digitais, análise de dados, inteligência artificial e mídias sociais estão rapidamente se estabelecendo como ferramentas indispensáveis para aqueles que almejam moldar o processo político e impulsionar mudanças sociais.

Neste contexto em constante evolução, é fundamental compreender como a tecnologia está redefinindo as relações governamentais e como podemos capitalizar seu potencial para fortalecer a participação cívica, ampliar a transparência e fomentar uma governança mais eficaz e responsável. Este guia propõe-se a explorar os impactos da tecnologia na digitalização das relações governamentais, além de propor boas práticas nesse novo cenário digital.

Jorge Lima

Presidente do IRELGOV

Anna Paula Losi

Vice-presidente do IRELGOV

Sumário

- 01 O Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)
- 02 A Tecnologia nas Relações Institucionais e Governamentais
- 03 O Grupo de Trabalho - Tecnologia e Digitalização das Relações Governamentais
- 04 Recomendações em Tecnologia e Digitalização das Relações Governamentais

GUIA DE BOAS PRÁTICAS



O Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)

O IRELGOV

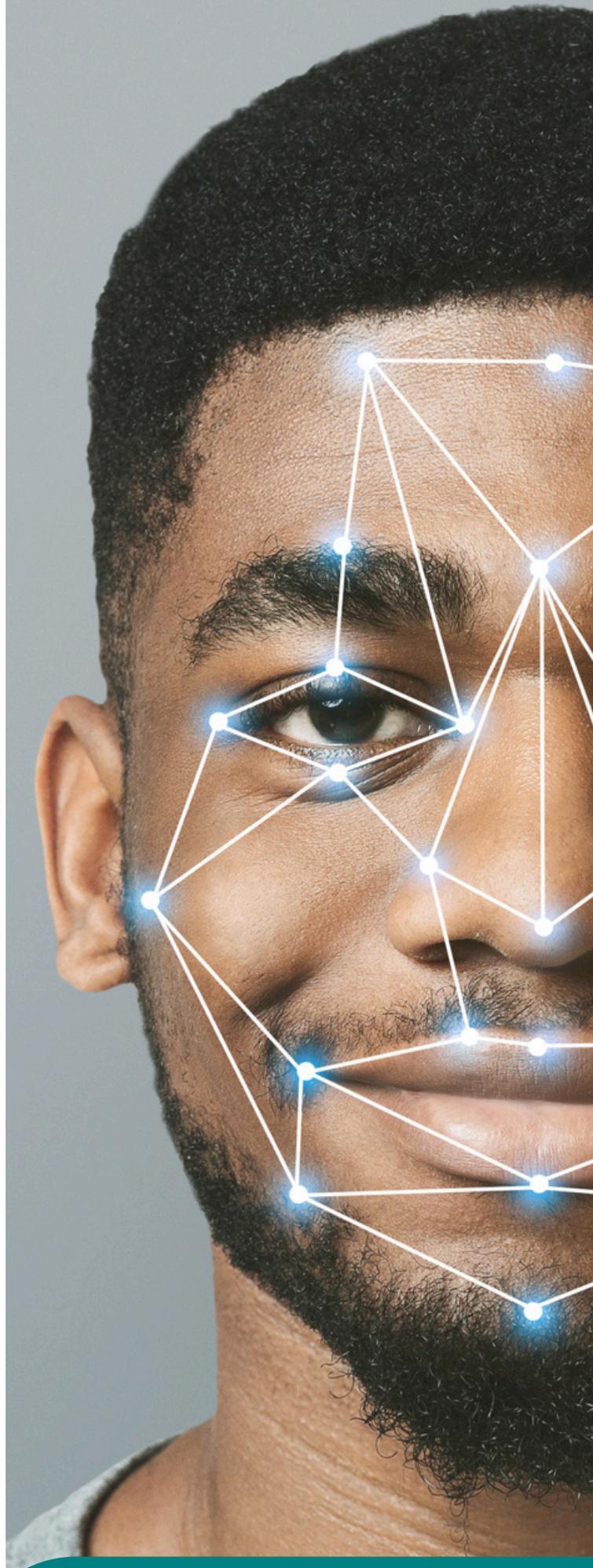
O Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV) é entidade criada com o objetivo de elevar o grau de profissionalismo, competência e padrões éticos de profissionais de relações governamentais, de modo transparente e informativo à sociedade brasileira.

MISSÃO

O IRELGOV tem como missão a produção e a difusão de conhecimento sobre relações governamentais e políticas públicas com foco na profissionalização dessa atividade, no aperfeiçoamento das relações público-privado, na promoção de boas práticas regulatórias e no debate de políticas públicas horizontais, fortalecendo a reputação do(a)s profissionais do setor.

VALORES

O IRELGOV tem como valores legitimidade, legalidade, transparência e boas práticas, desenvolvendo informação e trazendo conhecimento relevante para o dia a dia do(a) profissional de relações governamentais de forma a fomentar o diálogo entre os diversos setores envolvidos com o tema e compreender as tendências atuais.



GUIA DE BOAS PRÁTICAS

2

A Tecnologia nas Relações Institucionais e Governamentais

A Tecnologia nas Relações Institucionais e Governamentais

A tecnologia traz muitas possibilidades, enquanto a segurança, governança e sobretudo a responsabilização que avançam dentro deste contexto, ainda representam um horizonte a se desbravar, com notáveis acertos, percalços e muito caminho pela frente. Um caminho sem linha de chegada, que estará em constante transformação.

A atividade de relações governamentais, tradicionalíssima, não está fora das evoluções dos meios. Governos têm se digitalizado, assim como as interações, e os dados parecem cada vez mais acessíveis, transformando noções técnicas, responsabilidades e competências.

Há um conceito em tecnologia que ficou conhecido como a Lei de Moore. O engenheiro que lhe dá seu nome dizia que a capacidade de processamento dos chips dobraria a cada 18 meses enquanto seus custos permaneceriam os mesmos. O que pareceu à época uma aposta ousada, hoje parece factível ao vivenciarmos o processo veloz de evolução da digitalização e seu transbordamento às massas.

Presente em nosso dia a dia, a tecnologia está em constante evolução, o que demanda a adaptação e confecção de novos processos, costumes, convenções e regras.

Na Praça Pública Digital, as redes sociais viraram palanque e palco de um complexo debate de quem estabelece que conteúdos são verdadeiros e a quais o usuário é exposto, dentro de um ambiente de camadas de validação e de algoritmos que aprendem a priorizar de acordo com a política de cada empresa detentora da tecnologia.

Enquanto isso, os aplicativos de mensageria se tornaram o principal ponto de contato para os que se relacionam na ponte público-privada. Dezenas de contatos – por vezes, pessoais – e documentos compartilhados diariamente nos levam a refletir sobre as obrigações já consagradas na LGPD e quais mecanismos as instituições precisam adequar nos processos de proteção de dados. Desafios que advém de elementos que facilitaram, e muito, o nosso cotidiano e o nosso acesso à informação.

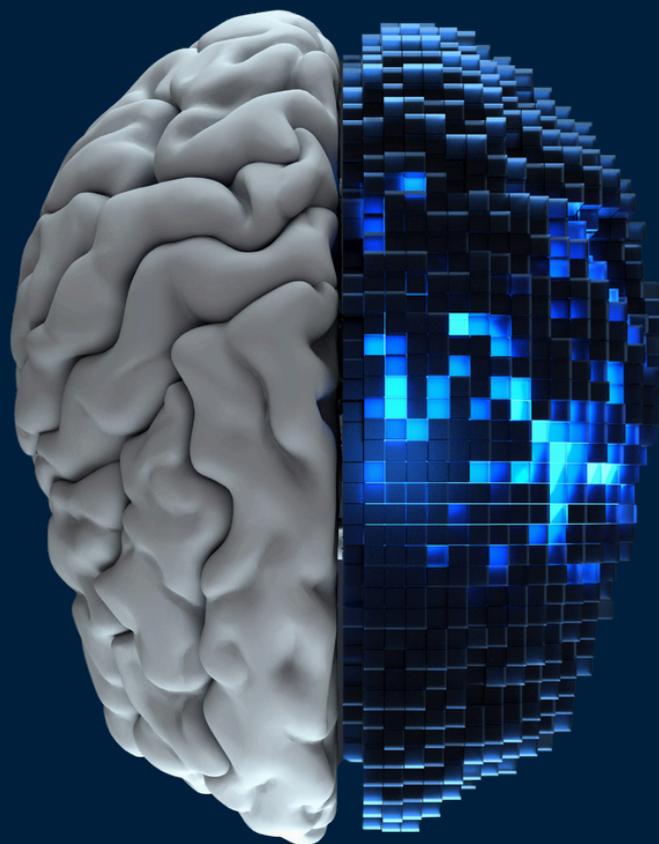


Para além da Lei de Acesso à Informação, que regulamentou muito dos insumos utilizados por ferramentas de monitoramento, outras novas regras estão em fase de deliberações e debates. As tecnologias em uso pela sociedade precisam ser regulamentadas, para se evitar o uso nocivo, concentrações de mercado e outros aspectos que se apresentem como limitadores de direitos ou do bem-estar social.

É fundamental, entretanto, que se regule sem engessar e que as empresas tenham responsabilidade, em uma espécie de autorregulação em casos de lacunas. Seja na automação industrial, seja nos impactos das novas mídias sobre a democracia, a inovação e suas consequências são velozes, e quase sempre não acompanhados pela velocidade regulatória.

Quando olhamos para frente, aos avanços de inteligência artificial e automação, trata-se de um tema que está apenas começando e, se Moore se referia a processamento dos chips, nosso palpite é que se ele falasse de *machine learning*, o aprendizado

referente a 18 meses seria muitíssimo maior que o dobro. Que o nosso também seja.



3

O Grupo de Trabalho sobre Tecnologia e Digitalização das Relações Governamentais

Grupo de Trabalho - Tecnologia e Digitalização das Relações Institucionais e Governamentais

O Grupo de Trabalho tem como objetivo reunir profissionais da área para discutir os temas e subtemas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto. Os encontros do GT foram realizados de agosto a dezembro de 2023, em formato virtual, visando representar a diversidade de profissionais e setores presentes em RELGOV.

Dessa forma, buscamos assegurar uma escuta plural, onde cada participante pudesse contribuir com suas experiências específicas em relação aos temas propostos. Ao longo desses meses, foram realizados quatro encontros focados nos subtemas pré-estabelecidos.

As conversas abordaram consistentemente o impacto da tecnologia nas relações governamentais, explorando desde questões fundamentais como segurança, governança e responsabilidade dos atores, até os desafios emergentes relacionados à inteligência artificial.

Paralelamente, nas redes sociais, um debate em curso examina a validação de conteúdos e o papel dos algoritmos.

Enquanto isso, os aplicativos de mensageria se tornaram vitais para a comunicação público-privada, o que traz consigo desafios significativos em termos de proteção de dados. Reconhece-se a importância da regulação das tecnologias para evitar abusos e promover o bem-estar social, mas sem comprometer a capacidade de inovação.



Participantes do Grupo de Trabalho:

Ana Victória Soraggi Lafeté
Andrei Gomes de Moraes
Ariela Zanetta Simoni
Camila Barbosa
Carlos Henrique Fernandes e Silva
Diogo Ferraz Jodar
Elaine Nogueira da Silva
Elias Nogueira Rezende
Felipe Ielís Moreira
Heloísa Nascimento
Jordana Muner
Lucas Tadeu Melo Camara
Maria Eduarda Callai Negri
Mariana Chaimovich
Paula Cherin
Rafael Cabral Maia
Roberta Rios
Rodrigo Brandão
Vinícios Pacheco

4

Recomendações sobre Tecnologia e Digitalização das Relações Governamentais

Recomendações sobre Tecnologia e Digitalização das Relações Governamentais

1

Acessibilidade Digital

Aborde práticas específicas para garantir a acessibilidade digital em todas as plataformas. É importante ter em mente a inclusão e a não-discriminação ao tratar da aplicação de novas tecnologias que podem beneficiar a coletividade e/ou tenham abordagem em larga escala. Isso inclui diretrizes para tornar sites, sistemas e serviços mais inclusivos para pessoas com deficiência visual, auditiva ou motora. O Guia de Acessibilidade Digital do governo federal é uma boa fonte: [Material de apoio — Governo Digital \(www.gov.br\)](#).

2

Gestão de Dados e Privacidade

Esteja sempre atualizado sobre como lidar com questões relacionadas à coleta, compartilhamento, armazenamento e proteção de dados. Isso é especialmente relevante em um cenário de crescente digitalização. Conhecer as leis de proteção de dados, como a LGPD, é fundamental. Informações tornadas públicas pelo próprio titular, costumam não se

enquadrar na LGPD, mas e aquele contato que você compartilhou no grupo de WhatsApp onde estão centenas de desconhecidos? A ANPD publica com frequência orientações em [seu site](#), entenda.

3

Segurança Cibernética

Forneça orientações sobre como proteger informações sensíveis e garantir a segurança cibernética em ambientes digitais. Isso envolve adoção de infraestruturas tecnológicas que contemplem autenticação forte, criptografia e monitoramento de ameaças.

4

Inteligência Artificial e Ética

O uso de ferramentas de inteligência artificial será cada vez mais frequente nas relações governamentais, devendo ser observado seu uso responsável. Isso inclui estabelecer um sistema de governança em IA que considere questões éticas, transparência, explicabilidade e avaliação de viés em algoritmos. O Brasil endossa os



Princípios da OCDE sobre IA, que estabelecem cinco valores para uma gestão responsável de seus sistemas de IA:

1. Crescimento inclusivo, desenvolvimento sustentável e bem-estar;
2. Valores centrados no ser humano e justiça;
3. Transparência e explicabilidade;
4. Robustez, segurança e proteção;
5. Accountability.

5 Monitoramento de Tendências Tecnológicas

Incentive os profissionais a acompanhar tendências tecnológicas relevantes para sua atuação. Cursos periódicos de atualização são bons exemplos e costumam ser oferecidos gratuitamente por plataformas e desenvolvedores de tecnologia. Isso pode incluir temas como blockchain, IoT, big data e automação.

Busque a capacitação setorial e a clareza na comunicação, é fundamental ser capaz de traduzir novas tecnologias para leigos. Grande parte dos interlocutores de interesse não possui

letramento/bagagem/background tecnológico e pode ser necessário abstrair para a melhor compreensão.

6 Colaboração Interdisciplinar

Destaque a importância da colaboração entre profissionais de diferentes áreas, como comunicação, tecnologia e regulamentação. A interdisciplinaridade é essencial para enfrentar os desafios da digitalização, além de sempre trazer inovação.

7 Regulação

A inovação precisa acontecer e o olhar regulatório deve buscar soluções adequadas às necessidades da sociedade, poder público e mercado, sem desconsiderar o espaço que garanta condições à evolução das tecnologias e o respeito à propriedade intelectual.

É necessário que o setor acompanhe principais debates e referências regulatórias internacionais, especialmente de países que sejam pioneiros na tecnologia de seu interesse.



É um olhar que pode inspirar a confecção de soluções para o contexto nacional.

8 Comunicação Multicanal

Explique como os profissionais podem adotar uma abordagem multicanal para se comunicar com diferentes públicos. Isso inclui redes sociais, e-mails, aplicativos de mensagens e outros meios digitais. A diversificação dos canais de comunicação é essencial para alcançar um público amplo. É necessário evitar o compartilhamento de documentos através de canais inadequados, o que pode gerar vazamentos não desejados, uso inadequado da informação ou distorção do conteúdo enviado.

9 Transparência e Accountability

Aborde a importância da transparência nas ações governamentais relacionadas à tecnologia. Os profissionais devem ser transparentes sobre processos, decisões e impactos. Além disso, a

accountability é fundamental para garantir que as ações estejam alinhadas.

10 Compliance e Auditoria

Explique a importância do compliance (conformidade) com regulamentações e políticas. Os profissionais devem estar cientes das regras e garantir que suas ações estejam alinhadas com os padrões estabelecidos. Além disso, a realização periódica de auditorias ajuda a identificar áreas de melhoria e a mitigar riscos.

11 Resiliência Digital e Gestão de Crises

Prepare os profissionais para lidar com situações de crise relacionadas à tecnologia. Isso envolve ter planos de contingência, estratégias de recuperação e capacidade de adaptação rápida.



EXPEDIENTE

JORGE LIMA
PRESIDENTE

ANNA PAULA LOSI
VICE-PRESIDENTE

LARA GURGEL
DIRETORA-EXECUTIVA

LUCIANA BARBETTA
LIDER DO GT DE TECNOLOGIA E DIGITALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES
GOVERNAMENTAIS

LOREN SPINDOLA
MARCELO ALMEIDA
VERÔNICA HOE
ESPECIALISTAS CONVIDADOS

THOMAZ D'ADDIO
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

RENATA GIACOMIN MENEZES
REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

CONTATO: IRELGOV@IRELGOV.COM.BR